



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento
de Políticas Governamentais

Qualidade regulatória: Lei Geral das Agências e Análise de Impacto Regulatório

Kélvia Albuquerque

Assessora Especial

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Novembro/2017

CONTEXTO NO NOVO GOVERNO

- ✓ Crise econômica;
- ✓ Restrição orçamentária;
- ✓ Necessidade de geração de empregos;
- ✓ Necessidade de atração da iniciativa privada para investimentos e parcerias na prestação de serviços públicos;
- ✓ Necessidade de melhoria do ambiente de negócios;
- ✓ Necessidade de estabilidade e de qualidade regulatória;

Oportunidade para fazer avançar a agenda de melhoria regulatória

MELHORIA REGULATÓRIA: IMPORTÂNCIA

- ✓ **A Regulação** pode se transformar em obstáculo para que sejam atingidos os objetivos de bem-estar social e econômico para os quais foi desenhada, pois **pode**:
 - ✓ **Ser excessiva;**
 - ✓ **Impedir a inovação;**
 - ✓ **Criar barreiras desnecessárias ao comércio, à concorrência, ao investimento e à eficiência econômica.**

MELHORIA REGULATÓRIA: RESULTADOS

- ✓ A experiência nos países da OCDE tem demonstrado que a melhoria regulatória contribui para o bom desempenho dos governos e da economia:
- ✓ Acirramento da concorrência
- ✓ Estímulo à inovação
- ✓ Criação de empregos
- ✓ Aumento da produtividade
- ✓ Queda do nível de preços
- ✓ Aumento da qualidade dos produtos
- ✓ Aumento da competitividade
- ✓ Incentivo ao empreendedorismo
- ✓ Redução da economia informal

**Crescimento
Econômico**

AGENDA ESTRATÉGICA – MELHORIA DE AMBIENTE DE NEGÓCIOS

PRIORIDADE PRESIDENCIAL ACOMPANHADA NO ÂMBITO DA CASA CIVIL:

- ✓ Medidas de aprimoramento de marcos regulatórios;
- ✓ Criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI);
- ✓ **Projeto de Lei Geral das Agências Reguladoras**
 - ✓ Projeto aprovado no Senado em Dezembro de 2016 ([PLS 52/2013](#));
 - ✓ Em tramitação na Câmara dos Deputados ([PL 6621/2016](#));
 - ✓ Em discussão há 12 anos (?!);
 - ✓ SAG coordenou o diálogo com MF, MPDG e Agências Reguladoras para a retomada da discussão da matéria e construção de consenso, com foco em sua rápida aprovação.

PL AGÊNCIAS - PRINCIPAIS ELEMENTOS

- ✓ **AIR obrigatória** prévia à edição de atos normativos de interesse geral;
- ✓ **Efetivação da autonomia orçamentária e administrativa:** relação direta com Planejamento e limites orçamentários individualizados, dissociados do ministério supervisor;
- ✓ **Requisitos técnicos para a indicação do corpo diretivo, padronização** do tempo de mandato (5 anos, sem recondução), hipóteses de perda, vedações para a indicação e durante o exercício e quarentena por 6 meses após o mandato;
- ✓ **Transparência e controle social:** reuniões deliberativas públicas, plano de gestão anual, agenda regulatória, consulta e audiência pública, Ouvidoria autônoma;
- ✓ **Articulação institucional** com órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, de defesa do consumidor e do meio ambiente e órgãos reguladores subnacionais.

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR) NO PL

- ✓ Obrigatória antes da edição de atos normativos de interesse geral;
- ✓ Deve conter informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato;
- ✓ Cada Agência disciplinará, no Regimento Interno, o processo de elaboração da AIR;
- ✓ **Decreto Presidencial regulamentará:**
 - ✓ Conteúdo;
 - ✓ Metodologia;
 - ✓ Requisitos mínimos a serem observados;
 - ✓ Casos obrigatórios e dispensáveis.

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR)

Análise de Impacto Regulatório (AIR), de acordo com a OCDE:

- ✓ O Exame e quantificação dos custos e benefícios prováveis decorrentes de novas normas ou de alterações de normas já existentes;
- ✓ Instrumento formal de explicitação dos problemas regulatórios, das opções disponíveis de política e das consequências das decisões, em cada caso concreto, mediante a utilização de dados empíricos;
- ✓ Modelo que estrutura a tomada de decisão baseada em evidências;
- ✓ Não regular pode ser a melhor opção;
- ✓ Informa a decisão regulatória, mas NÃO a substitui.

GANHO ESTÁ NO
PROCESSO

REGULAMENTAÇÃO DA AIR

- ✓ A coordenação de ações para o aprimoramento do Sistema Regulatório Brasileiro é prioridade;
- ✓ SAG tem competência legal para a coordenação e a integração da ação governamental;
- ✓ SAG tem coordenado ações juntamente com MF, MPDG e com as 10 Agências Reguladoras Federais desde janeiro de 2017 para subsidiar a elaboração do decreto que regulamentará a AIR;
- ✓ **DÚVIDA: Como regulamentar a AIR se não se sabe qual a situação atual, do ponto de vista global, nas Agências?**

CONSTRUINDO A ESTRATÉGIA PARA A REGULAMENTAÇÃO DA AIR

- ✓ SAG enviou **questionário** às Agências para mapear o estado da arte hoje – **INVENTÁRIO DE AIR (coletando informações)**;
- ✓ SAG coordenou **reuniões semanais** com as Agências, MF e MPDG para a apresentação da experiência de cada uma em AIR e para oportunizar discussão técnica (**fase de consulta nível 1 e aprendizado coletivo com os pares**);
- ✓ Após o **mapeamento** foi possível verificar que todas as 10 Agências Reguladoras Federais utilizam elementos de AIR, mas em diferentes níveis de abrangência, aprofundamento e maturidade.

INVENTÁRIO DE AIR – QUESTIONÁRIO

- ✓ Abrangência, Base legal;
- ✓ Padronização, Previsão de excepcionalidade;
- ✓ Metodologia;
- ✓ Integração com o processo decisório;
- ✓ Participação social e transparência;
- ✓ Governança;
- ✓ Monitoramento e AIR ex-post;
- ✓ Disponibilização da dados;
- ✓ Capacitação, Decisão pela não-regulação, resistência interna;
- ✓ Casos emblemáticos;

INVENTÁRIO DE AIR – MAPEAMENTO

Característica		ANTT	ANATEL	ANAC	ANTAQ	ANCINE	ANVISA	ANP	ANEEL	ANS	ANA	Inmetro	Conclusões Gerais
Abrangência da AIR	Agência utiliza AIR	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • A obrigatoriedade da realização da AIR é percebida como importante para a adequada institucionalização da AIR e para a sua efetiva implementação. • Todas as Agências contam com elementos de AIR no âmbito do processo de elaboração de atos normativos e em níveis diferenciados de abrangência, maturidade e institucionalização. • Maioria das Agências atrela a realização de AIR à agenda regulatória, não existindo critérios pré-definidos de gatilho. • Na maior parte dos casos, o nível de profundidade da análise é sujeito à discricionariedade das equipes ou à demanda da Diretoria. • Agências entendem que a previsão de gatilhos é importante, mas, ao mesmo tempo, a definição de gatilhos quantitativos gerais adequados a todas as Agências é difícil, dadas as diferenças entre os diferentes setores.
	Ano de início da elaboração de AIRs	2009 ⁽¹⁾	2013	2013	2015	2013	2012	2013	2011 ⁽²⁾	2010 ⁽³⁾	2015	2010	
	AIR é obrigatória	X	X	X			X		X	X		X ⁽²⁴⁾	
	Quantidade de AIRs realizadas até o momento	28 (de partir de 2014)	39	146	9	7	261	6	93	Não se sabe informar	1 ⁽⁴⁾	38	
	Existe algum tipo de gatilho para elaboração AIR	X ⁽¹⁾	X ⁽¹⁾				X ⁽⁶⁾	X ⁽⁶⁾					
Normatização	Agência possui normativo sobre AIR	X	X	X	X ⁽¹⁾	X	(8)		X	X		X	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria das Agências conta com base normativa que obrigue ou incentive a realização de AIR. • A utilização de formulários específicos e de guias de orientação é importante para a adequada institucionalização da AIR e para a sua efetiva implementação. • ANTT conta com manual específico de AIR nível 1. • Agências contam com Guia de Boas Práticas Regulatórias que abordam a AIR ou com minutas de guias ou guias específicos em elaboração [ANVISA, ANP, ANATEL, ANS]. • Nas maior parte das Agências em que a AIR é obrigatória, sua dispensa pode ser solicitada à Diretoria, mediante "justificativa", o que possibilita aplicação ampla das possibilidades de dispensa. • Ancine possui critérios de dispensa de AIR pré-definidos: transição em caráter de urgência, atualização ou correção de erro formal em norma preexistente e iniciativa de baixa complexidade. • A minuta de normativo da ANP também prevê critérios para a dispensa de AIR: casos muito específicos, urgência, baixa complexidade e resolução de vício formal. • A racionalização de tempo e do esforço nos temas que possuem maior potencial de impacto foi percebida como fator crucial para a adequada institucionalização da AIR e para a sua efetiva implementação. • ANTT, ANATEL, ANVISA e ANS utilizam ou possuem minuta de normativo prevendo níveis diferenciados de AIR, sendo o facimento em 3 níveis e caso mais comum a AIR nível 1. • ANVISA conta com metodologia pré-definida para AIR nível 1. • Nas demais Agências, a escolha da metodologia é feita caso a caso. • Maioria das Agências elabora análise com elementos básicos de AIR buscando trazer o racional de definição do problema a ser resolvido e dos objetivos que se pretende alcançar para definir a melhor forma de abordá-los. • Estudo da experiência internacional e questões relacionadas com comércio internacional tendem a ser consideradas em AIR mais apuradas.
Padronização	Agência possui manual sobre AIR	X	(9)	(10)	(10)	(10)	(11)	(9)	(10)	(11)	(9)	X	
Previsão de excepcionalidade	Existe previsão de excepcionalidades para a AIR	X ⁽¹²⁾	X ⁽¹²⁾			X	X ⁽¹²⁾	X	X ⁽¹²⁾			(25)	
Metodologia	Agência prevê metodologia específica de AIR						X ⁽¹¹⁾					X	
	Agência prevê níveis diferenciados de AIR	X (2 níveis)	X (3 níveis)				X (3 níveis)	(14)		(15)	(14)	X (3 níveis)	<ul style="list-style-type: none"> • A racionalização de tempo e do esforço nos temas que possuem maior potencial de impacto foi percebida como fator crucial para a adequada institucionalização da AIR e para a sua efetiva implementação. • ANTT, ANATEL, ANVISA e ANS utilizam ou possuem minuta de normativo prevendo níveis diferenciados de AIR, sendo o facimento em 3 níveis e caso mais comum a AIR nível 1. • ANVISA conta com metodologia pré-definida para AIR nível 1. • Nas demais Agências, a escolha da metodologia é feita caso a caso. • Maioria das Agências elabora análise com elementos básicos de AIR buscando trazer o racional de definição do problema a ser resolvido e dos objetivos que se pretende alcançar para definir a melhor forma de abordá-los. • Estudo da experiência internacional e questões relacionadas com comércio internacional tendem a ser consideradas em AIR mais apuradas.
	Análise quantitativa é usual nos processos de AIR da Agência				X	X			X			X	
	AIR inclui estudo de experiências internacionais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	AIR considera coerência com outros normativos já existentes	X	X	X	X	X		X	X	X		X	
	AIR avalia possíveis impactos sobre o comércio internacional	X			X			X	X	X		(26)	
Inserção da AIR no processo decisório	AIR tem início na identificação do problema	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • A realização da AIR logo no início do processo normativo, na identificação do problema a ser resolvido, é percebida como fator crucial para a sua adequada institucionalização e para a sua efetiva implementação. • Em todas as Agências, há orientação ou previsão normativa nesse sentido, entretanto, a apresentação da AIR só é exigida no momento da Consulta ou Audiência Pública ou no momento de apresentação da proposta à aprovação da Diretoria, o que pode facilitar sua realização muito tardiamente no processo normativo ou sua utilização apenas como justificativa para decisões já tomadas. • Na prática, o preenchimento do formulário de AIR varia caso a caso, mesmo dentro de cada Agência. • Agências reportaram que na maioria dos casos AIR traz apenas a comparação entre uma proposta de regulamentação e a não-regulamentação.
	AIR considera mais de uma alternativa para tratamento do problema identificado	X	X	X	X	X		X	X	X		X	
		X	X	X	X	X		X	X	X		X	
		X	X	X	X	X		X	X	X		X	
Participação Social e Transparência	Existe consulta externa no processo de elaboração normativa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • A integração da AIR com processos de participação social logo no início do processo normativo, na identificação do problema a ser resolvido, é percebida como importante para a sua adequada institucionalização e para a sua efetiva implementação. • Maioria das Agências conta com processos e ferramentas de Consulta e Audiências Públicas bem estruturadas. • Em geral, AIR é disponibilizada para público já finalizada, junto com os demais documentos da Consulta/ Audiências Públicas e de minuta de ato normativo. • Em geral, não há discussão específica sobre a AIR com sociedade civil e entes regulados, mas foram detectadas algumas experiências exitosas de troca de informações e consultas prévias que ocorrem em forma de reuniões ou tomadas de subsídios ainda na fase de problematização.
	AIR é um documento público	X ⁽¹⁸⁾	X	X ⁽¹⁷⁾	X	X ⁽¹⁶⁾		X ⁽¹⁶⁾	X	X		X	
	AIR é disponibilizada eletronicamente	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	
	AIR é disponibilizada para contribuições antes de sua finalização	X	X						X				
Governança	Existe uma área específica da Agência responsável pela elaboração ou acompanhamento da elaboração das AIRs	X	X	(22)	X	X	X	X	X			X	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores ligados à governança foram percebidos como cruciais para a adequada institucionalização da AIR e para a sua efetiva implementação. • Em geral, AIRs são elaboradas pelas áreas finalísticas das Agências, que contam com uma área responsável por orientar e auxiliar a elaboração - Área Central de AIR - que inicia a participação no processo a depender da demanda das áreas finalísticas. • ANTT, ANCINE e ANTAQ contam com instância de supervisão regulatória e revisora da AIR. • Revisão tem característica de "análise de conformidade" e não entra no mérito da proposta, buscando garantir a coerência geral das análises realizadas. • Houve relato de experiências bem sucedidas em que a AIR é conduzida por grupos multidisciplinares formados por servidores de áreas diferentes, incluindo sempre algum da Área central de AIR. • Diretoria Colegiada não se manifesta especificamente sobre AIR, cuja análise é realizada no âmbito da manifestação sobre a proposta de ato normativo.
	AIR passa por revisão antes de ser enviada à Diretoria Colegiada ou Conselho Diretor				X	X							
	Diretoria Colegiada ou Conselho Diretor se manifesta especificamente sobre as AIRs	(30)			X					X		(27)	
Monitoramento e AIR ex-post	Agência possui indicador de qualidade relacionado à AIR	X	(18)										<ul style="list-style-type: none"> • Agências não possuem prática de AIR ex-post. • Algumas Agências já exigem que as propostas de regulamentação tragam indicadores de acompanhamento de efetividade do normativo. • Agências não possuem indicadores de qualidade da AIR, mas algumas já acompanham indicadores que de algum modo tentam refletir a qualidade do processo regulatório. • Nenhuma Agência conta com análise de risco sistematizada até o momento.
	Agência elabora AIR ex post	(19)	(19)	(19)	(19)	(19)			X ⁽²⁰⁾			X	
Análise de risco	AIR inclui análise de risco											X	
Disponibilidade de dados	Disponibilidade adequada de dados (acesso, possibilidade de solicitá-los e capacidade adequada de organizá-los e tratá-los)		(28)							X			<ul style="list-style-type: none"> • Praticamente todas as Agências enfrentam dificuldades relativas aos dados necessários para análises quantitativas. • Dificuldades incluem a obtenção, a organização e o tratamento adequado dos dados. • A capacitação estruturada e direcionada foi apontada como fator crítico para a adequada institucionalização e para a efetiva implementação da AIR. • AIR é elaborada por profissionais das áreas finalísticas, mas a maioria das Agências tem tentado envolver profissionais das Áreas Centrais de AIR com formação ou experiência prévia. • AIR e temas de melhoria de qualidade regulatória fazem parte dos planos de capacitação das Agências. • Agências não têm prática de contratar consultorias para realização de AIR, salvo em casos específicos e de grande complexidade.
Capacitação em AIR	Profissionais que elaboram ou acompanham AIR tem conhecimento específico sobre o tema	X	X		X		X	X					
	A capacitação para AIR faz parte da política de capacitação da Agência	X		(23)	X	X	X	X	X	X			
	Agência já contratou consultoria externa para realização de alguma AIR		X				X	X		X			
Decisão pela não-regulação	Agência já deixou de publicar algum normativo em decorrência de AIR	X	X	X	X			X	X			X	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria das Agências já deixou de publicar algum regulamento em função de AIR. • A adequada sensibilização do quadro de servidores e do cargo diretivo das Agências foi apontado como fator crítico para a adequada institucionalização da AIR e para a sua efetiva implementação. • A maioria das Agências ainda apresenta resistência em relação à elaboração de AIR, seja em função de seu desconhecimento no âmbito do processo de elaboração normativa da Agência, seja em decorrência sobre como utilizar a ferramenta ou em decorrência de pressão por mudança na regulamentação. A AIR ser vista como mera etapa burocrática adicional.
Resistência interna para implementação da AIR	Resistência interna à utilização de AIR	X	(29)	(21)	(21)	X	X	(21)	X	X	não informou		

MAPEAMENTO: LIÇÕES APRENDIDAS

- ✓ Importância do corpo diretor e do corpo técnico entenderem que a AIR é um instrumento de sistematização da reflexão que **traz elementos para a decisão e não consiste na decisão em si**;
- ✓ **Implementação da AIR deve ser gradual e progressiva**: introdução com exigências muito complexas desincentiva e cria resistências junto ao corpo técnico;
- ✓ **Processos de tomada de subsídios e de consulta pública** enriquecem as discussões e trazem informações importantes, além de aumentar a transparência;
- ✓ **Conflito** entre o tempo necessário para a realização da AIR e o desejo de **agilidade na regulamentação**;
- ✓ Importância do planejamento e da **agenda regulatória**;
- ✓ Importância de **capacitação com abordagem prática**;
- ✓ Capacitação sobre **problematização** é fundamental, pois se o problema não estiver bem definido, AIR perde seu propósito;
- ✓ **Dificuldade no emprego de metodologias quantitativas** e de monetização de custos e benefícios das normas.

MAPEAMENTO: CONSIDERAÇÕES PARA A REGULAMENTAÇÃO AIR

- ✓ Necessidade de flexibilidade metodológica;
- ✓ Necessidade de previsão de casos de dispensa de AIR com maior objetividade;
- ✓ Importância da flexibilidade das ferramentas de participação social;
- ✓ Necessidade de previsão de mecanismos de monitoramento e de avaliação *ex-post*;
- ✓ Consideração de que Agências têm graus de maturidade diferentes com relação à AIR;
- ✓ Necessidade de transparência e de simplicidade na regulamentação da AIR.

RESULTADOS INTERESSANTES DO TRABALHO PRÉVIO

- ✓ Coordenação vs. Controle/Supervisão;
- ✓ Coordenação é importante e não significa, necessariamente, controle;
- ✓ Rede de Política Regulatória Federal foi reativada - reaproximação dos órgãos e das pessoas da comunidade regulatória;
- ✓ Importância de discutir princípios primeiro e depois o texto legal;
- ✓ Aprendizado mútuo e *bechmarking*;
- ✓ Espaço para o diálogo e para o debate técnico;
- ✓ Construção coletiva e apropriação dos resultados por todos;
- ✓ **Decreto foi a consequência natural do trabalho do Grupo de AIR.**

SITUAÇÃO ATUAL

- ✓ PL Agências aguarda tramitação na Câmara dos Deputados;
- ✓ Minuta de decreto foi transformada em Diretrizes Gerais e Roteiro Analítico Sugerido para a Realização de AIR – **Diretrizes Gerais AIR**
- ✓ Elaborado um Guia Orientativo para Elaboração de AIR – **Guia AIR**;
- ✓ Consulta Pública SAG 1-2017: DIRETRIZES GERAIS e GUIA AIR (até 17/11)
<http://www.regulacao.gov.br/agenciasreguladoras/consulta-publica/consulta-publica-001-2017>

DIRETRIZES GERAIS AIR

- ✓ Baseada no mapeamento prévio e em harmonia com PL Agências;
- ✓ Redação aberta e pouco prescritiva: margem para aprendizado e guias;
- ✓ Casos de não aplicabilidade
 - ✓ atos de natureza administrativa,
 - ✓ atos normativos de efeitos concretos,
 - ✓ atos voltados a disciplinar direitos ou obrigações definidos em lei
 - ✓ atos normativos com notório baixo impacto (Guia)
- ✓ Possibilidade de dispensa em casos de urgência, por deliberação Diretoria - implica obrigação de AIR *ex-post* em até 2 anos;
- ✓ AIR faseada em 2 níveis (Nível I e Nível II) – proporcionalidade
- ✓ Metodologia definida caso a caso (flexibilidade);
- ✓ AIR integrada desde o início ao processo regulatório;
- ✓ Incentivo à participação social na fase de AIR (discussão dos problemas e possíveis soluções vs. discussão do texto do normativo);
- ✓ Incentivo a implementação de estratégia de coleta e tratamento de dados.

AIR NÍVEL I

- a) **sumário executivo** em linguagem simples;
- b) identificação do **problema regulatório** que se pretende solucionar;
- c) identificação dos **atores ou grupos afetados** pelo problema regulatório;
- d) identificação da **base legal** que ampara a ação da Agência Reguladora;
- e) definição dos **objetivos** que se pretende alcançar;
- f) descrição das **possíveis alternativas** para o enfrentamento do problema (a opção de não ação, soluções regulatórias e não-regulatórias);
- g) exposição dos **possíveis impactos** das alternativas identificadas;
- h) **comparação das alternativas** consideradas, apontando, justificadamente a mais adequada;
- i) breve descrição da **estratégia para implementação** da alternativa sugerida (monitoramento, fiscalização, bem como a necessidade de alteração ou de revogação de normas em vigor);
- j) **considerações referentes às manifestações** recebidas processos de participação social;
- k) nome completo, cargo ou função e assinatura dos responsáveis pela AIR.

AIR NÍVEL II

Caso o problema regulatório em questão tenha significativa complexidade ou caso as alternativas identificadas apresentem impactos significativos, os seguintes aspectos devem ser abordados, adicionalmente:

- ✓ mapeamento da experiência internacional no tratamento do problema regulatório sob análise;
- ✓ mensuração dos possíveis impactos das alternativas de ação identificadas sobre os consumidores ou usuários dos serviços prestados e sobre os demais principais segmentos da sociedade afetados; e
- ✓ mapeamento dos riscos envolvidos em cada uma das alternativas consideradas.

GUIA AIR

- ✓ Em harmonia com PL Agencias e com as Diretrizes Gerais;
- ✓ Elaborado por Subgrupo do Grupo AIR;
- ✓ Material de apoio e de orientação à elaboração de AIR – não vinculante;
- ✓ Apresenta o conteúdo básico/roteiro analítico de uma AIR;
- ✓ Levou em consideração a experiência prática das Agências
- ✓ Análise de risco a ser elaborada no futuro próximo – pouca maturidade

GUIA AIR

1. Introdução

- 1.1. Finalidade do Guia
- 1.2. Princípios da boa regulação
- 1.3. O que é a AIR
- 1.4. Quando realizar a AIR

2. Orientações Gerais

- 2.1. Proporcionalidade e níveis de análise
- 2.2. Linguagem
- 2.3. Fonte de informação e dados
- 2.4. Participação social e transparência

3. Relatório de AIR

AIR Nível I

- 3.1. Sumário executivo
- 3.2. Identificação do problema
- 3.3. Identificação dos atores ou grupos afetados pelo problema regulatório
- 3.4. Identificação da base legal
- 3.5. Definição dos objetivos que se pretende alcançar
- 3.6. Descrição das possíveis alternativas de ação

- 3.7. Análise dos possíveis impactos e comparação das alternativas de ação consideradas
- 3.8. Estratégia de implementação, fiscalização e monitoramento
- 3.9. Considerações sobre as manifestações e contribuições recebidas em processos de participação social para a AIR
- 3.10. Identificação e assinatura dos responsáveis pela AIR

AIR Nível II

- 3.11. Experiência internacional
- 3.12. Impactos das alternativas de ação sobre os diferentes grupos ou atores
- 3.13. Riscos das alternativas de ação

4. Glossário

5. Bibliografia

Anexo 1 – Questões para orientar a AIR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- ✓ Consulta pública aberta até 17/11/2017: **43 participantes e 466 sugestões;**
- ✓ **270 contribuições às Diretrizes – 196 contribuições ao Guia – 7 a cadastrar;**
- ✓ Fundamental ter produtos concretos – Lei + Diretrizes Gerais (Decreto) + Guia para alavancar a implementação efetiva da AIR no Brasil, inclusive por outros reguladores;
- ✓ Modelo de coordenação de ações utilizado favorece a atenção com fatores críticos para a implementação efetiva da AIR e de outras ações para melhoria da qualidade regulatória:
 - ✓ mapeamento e melhor direcionamento de capacitações (ENAP, ESAF, Prosperity Fund);
 - ✓ mapeamento e difusão de iniciativas de revisão de estoque regulatório;
 - ✓ aproximação e sensibilização das Agências Reguladoras subnacionais;
 - ✓ sensibilização do setor privado e outros atores relevantes sobre o tema.



Obrigada!

[kelvia.albuquerque@presidencia.gov.br](mailto:kelviamalbuquerque@presidencia.gov.br)